



## **DECRETO Nº 97, DE 17 DE JUNHO DE 2019**

Dispõe sobre a concessão de diárias de viagens para servidores e agentes políticos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 99, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Brumadinho/MG e,

CONSIDERANDO os artigos 89 e 90 da Lei Complementar Municipal nº. 39/2004 que instituiu o atual Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Brumadinho/MG;

CONSIDERANDO o dever de propiciar condições aos servidores e aos agentes políticos de arcarem com as despesas decorrentes de alimentação, locomoção urbana e hotelaria, em razão de prestação de serviços fora da Sede, em caráter eventual;

CONSIDERANDO ainda, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, em especial àqueles proferidos nas consultas: 809.480 e 775.051, concernentes ao pagamento de diárias de viagem que recomenda sejam considerados as peculiaridades de cada localidade, bem como o seu posicionamento de que o curto período de deslocamento não justifica o pagamento desta indenização;

### **DECRETA:**

**Art. 1º** Para fins deste decreto considera-se:

- I. Diária: abono ou gratificação, na base de dia, que se atribui ao servidor ou ao agente político por diligência ou serviço extraordinário, sem caráter remuneratório, perceptível somente enquanto desempenha a atividade fora do município de Brumadinho/MG. Serve para custear exclusivamente gastos com deslocamento urbano, hospedagem e alimentação, subdividindo-se em:





- a. Diária completa: devida ao servidor ou agente político para cada período de 24h (vinte e quatro) horas para custear os gastos descritos no inciso I deste artigo;
  - b. Diária sem hospedagem: devido ao servidor ou agente político para cada período de 24h (vinte e quatro) horas para custear os gastos descritos no inciso I deste artigo, com exceção de gastos com hospedagem;
  - c. Diária simples: devido ao servidor ou agente político para período igual ou acima de 8h. (oito) horas.
  - d. Auxílio deslocamento: devido ao servidor quando afastar do seu centro de gravidade sócio familiar período superior à 06 (seis) horas e inferior à 8h (oito) horas quando em deslocamento pela Região Metropolitana de Belo Horizonte ou pelas cidades limítrofes à Brumadinho/MG.
- II. Adiantamento de despesas de viagem: numerário solicitado previamente, com a finalidade de custear gastos em detrimento de exercícios extraordinários realizados fora do município. Serve para custear gastos exclusivamente, com passagens, locomoção urbana, hospedagens e alimentação;
- III. Restituição de gastos com viagem: indeniza o servidor ou agente político de gastos descritos nos incisos I e II deste artigo que, por necessidade da Administração Pública, necessitar efetuar viagem realizada de forma emergencial;
- IV. Sede: é a localidade onde os servidores e agentes políticos do Poder Executivo Municipal exercem habitualmente suas atividades, cargos ou funções.

**Art. 2º** Os servidores Públicos e os Agentes Políticos vinculados ao Poder Executivo Municipal, quando se deslocarem da Sede da repartição pública onde estão lotados, por interesse do Município de Brumadinho/MG a outros municípios, faram jus a percepção do abono de diária, diária sem hospedagem, auxílio deslocamento ou restituição de gastos com viagem quando for o caso e nas condições descritas neste decreto.





**Art. 3º** Despesa extras que se reputarem estritamente necessárias, no decorrer da viagem dos servidores e dos agentes políticos do Poder Executivo de Brumadinho/MG deverão ser pagas na forma de adiantamento de despesas, conforme previsto no artigo 68 da Lei Federal nº. 4.320/1964, e solicitadas nos termos no ANEXO I.

**§1º** Excepcionalmente e de forma justificada, os gastos de que trata o *caput* deste artigo poderão ser processados como restituição de gastos com viagem

**§2º** Compreendem-se como outras despesas, o pagamento de passagens, combustíveis, deslocamento, dentre outras que se fizerem necessárias, bem como reparos ou despesas com veículos oficiais ou à serviço do Município de Brumadinho/MG.

**Art. 4º** A concessão dos numerários, descritos nos incisos I a III do art. 1º, ficam condicionados a existência de dotações orçamentárias e financeiras disponíveis em cada Órgão ou Unidade orçamentária.

**Art.5º** Os numerários descritos nos incisos I a III do art. 1º serão autorizados pelo:

- I. Pelo Prefeito Municipal quando o beneficiário for: secretário municipal, procurador-geral, controlador interno, assessor de comunicação e chefe de gabinete;
- II. Pelo Secretário Municipal quando o beneficiário for o servidor lotado naquela secretaria;
- III. Pelo Procurador-Geral quando o servidor estiver lotado nas procuradorias;
- IV. Pelo Controlador Interno quando o servir estiver lotado no Órgão de Controle Interno, e;
- V. Pelo Assessor de Comunicação quando o servidor estiver lotado na Assessoria de Comunicação.

**Parágrafo único.** Quando concedidos a servidores ocupantes de mais de um cargo ou função pública, será calculado tendo por base o cargo ou a função que o motivou.





**Art. 6º** Os numerários, descritos nos incisos I a III do art. 1º, serão empenhados previamente e os recursos serão liberados aos servidores e agentes políticos com antecedência mínima de 01 (um) dia útil.

**§1º** A liberação de numerário descrita no *caput* deste artigo será limitada ao valor de 10 (dez) diárias conforme TABELA I anexa a este decreto.

**§2º** havendo a necessidade da prorrogação do afastamento do servidor ou do agente político serão liberados os numerários correspondentes ao período excedente, mediante justificativa apresentada e aprovada pelo Prefeito Municipal, Secretários Municipais, Procurador-Geral, Controlador Interno ou Assessor de Comunicação conforme o caso.

**Art. 7º** Em caso de emergência, os numerários descritos nos incisos I e II do art. 1º poderão ser processados no decorrer ou após o deslocamento, mediante justificativa e autorização da autoridade concedente conforme incisos I e II do art. 5º deste decreto.

**Art. 8º** O beneficiário que receber numerário descrito nos incisos I e II do art. 1º e por qualquer motivo não se afastar da sede, ou na hipótese de retorno ao município em período inferior, ou não o utilizar no prazo previsto fica obrigado a restituir os valores recebidos no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de ressarcimento ao erário mediante desconto integral e imediato em Folha, sem prejuízo de outras sanções legais descritas na Lei Complementar nº. 39/2004 e demais legislações correlatas.

**Parágrafo único.** A restituição prevista no *caput* deste artigo será processada mediante depósito e/ou transferência em conta bancária do Município de Brumadinho/MG a ser fornecida pela Tesouraria devendo, ainda o beneficiário apresentar o respectivo comprovante junto ao Departamento de Contabilidade.

**Art. 9º** Em nenhuma hipótese o pagamento relativo aos numerários descritos nos incisos I a III do art. 1º integrará ao respectivo vencimento/remuneração/salário/subsídio possuindo caráter de indenizatório.





**Art. 10.** A forma de transporte a ser utilizada será autorizada levando-se em conta as peculiaridades da viagem.

**§1º** Quando em viagens acima de 400km (quatrocentos quilômetros), interestaduais e internacionais serão, preferencialmente realizados por meio aéreo, em avião de carreira e na classe econômica.

**§2º** Mediante prévia justificativa do beneficiário e autorizada pelo agente político concedente conforme incisos I a V do art. 5º poderá ser utilizada outra forma de transporte.

**§3º** Preferencialmente, as passagens aéreas serão adquiridas pela Municipalidade, por meio de processo licitatório pelo Departamento de Compras e Licitações.

**§4º** O valor relativo a despesas não previstas, devidamente justificadas e autorizadas, durante a viagem, poderá ser restituído, mediante solicitação anexa ao Relatório de Viagem contendo os comprovantes necessários à prestação de contas. A restituição de gastos com viagem deverá ser solicitada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do retorno do beneficiário.

- I. Serão aceitos como documentos comprovantes da despesa os comprovantes fiscais, notas de balcão, relatórios de viagens, certificação de cursos, recibos entre outros.;
- II. Excepcionalmente os agentes políticos, quando de viagens de representação poderão apresentar, declaração circunstanciada contendo os gastos e seus respectivos motivos.

**§5º** Excepcionalmente, os valores relativos a bilhetes e passagens aéreas poderão ser pagos pelo servidor ou agente político e restituído nos mesmos moldes da restituição de gastos com viagem.

**Art. 11.** São proibidas viagens e deslocamentos em veículos particulares, excetuando-se aquelas realizadas em veículos locados e/ou cedidos ao Poder Executivo Municipal a qualquer título.





**Parágrafo único.** Ressalva-se da proibição contida no *caput* deste artigo àquelas realizadas emergencialmente, não sendo passíveis de indenização os gastos com gasolina, estacionamento ou outro que decorra do deslocamento.

**Art. 12.** o servidor ou o agente público fará jus somente a diária sem pernoite, também nos seguintes casos:

- a. Quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;
- b. No dia do retorno à sede de serviço;
- c. Quando houver custeio, por meio diverso, as despesas de pousada/hospedagem;
- d. Quando designado para compor equipe de apoio às viagens do Prefeito e ou do Vice-Prefeito do Município de Brumadinho.

**Art. 13.** Não fará jus ao recebimento dos numerários, descritos nos incisos nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I e àqueles descritos nos incisos II e III do art. 1º, nos casos em que o deslocamento para localidades diversas da sede para outra municipalidade constituir exigência permanente do cargo.

**§1º** Ao agente motorista será concedido o auxílio deslocamento descrito na alínea *d* do inciso I do art. 1º deste decreto, quando em deslocamento superior à 06 (seis) horas.

**§2º** O auxílio deslocamento custeará gastos com alimentação, considerando a excepcionalidade da distância do seu centro de gravidade sócio familiar.

**§3º** Fara jus ao auxílio deslocamento o agente condutor que preencher todos os requisitos abaixo listados:

- a. Autorização prévia da chefia mediata devidamente justificada;
- b. Autorização pelo Secretário Municipal.

**§4º** Para o processamento do pagamento do auxílio deslocamento deverá contar da prestação de contas, além dos documentos referenciados nas alíneas *a* e *b* do §3º deste artigo os seguintes documentos:

- a. Parte diária;





- b. Comprovante, protocolo de documento entregue, nota fiscal do estabelecimento onde for retirada mercadoria e/ou realizado serviço, entre outros que confirmem o deslocamento do servidor quando for o caso;
- c. Quando o deslocamento se der para levar algum servidor ou agente político deverá conter, também, declaração daquele servidor ou agente político.

**§5º** Quando faltar um dos documentos acima elencados, poderá ser pago o auxílio de deslocamento deste que devidamente justificada e autorizada pela autoridade concedente conforme dispõe os incisos I a V do art. 5º.

**Art. 14.** Também farão jus ao recebimento do auxílio deslocamento os servidores públicos e agentes políticos que se movimentarem pelas cidades que compõe a Região Metropolitana de Belo Horizonte ou municípios limítrofes em período superior a 06h (seis horas) quando não perceberem qualquer das outras hipóteses de numerário descritas nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I e incisos II e III do art. 1º.

**§1º** Em situações excepcionais e mediante justificativa e autorização da autoridade concedente o auxílio deslocamento poderá ser pago posteriormente ao deslocamento do servidor.

**§2º** Não fará jus, em hipótese alguma, o servidor que ausentar-se da sede para tratar de assuntos particulares.

**§3º** Não haverá revisão de processos de concessão de auxílio deslocamento glosados pelo serviço de Contabilidade e/ou pelo Controle Interno.

**Art. 15** A autorização de viagem obedecerá aos seguintes requisitos:

- I. Liberação autorizada pelo Prefeito Municipal quando os solicitantes forem o Chefe de Gabinete, Controlador Interno, Procurador-Geral, Assessor de Comunicação e Secretários Municipais;
- II. Liberação autorizada pelo Secretário Municipal e subsidiariamente pelo Prefeito Municipal quando as solicitações forem de servidores lotados em suas respectivas Secretarias;





- III. Liberação autorizada pelo Procurador-Geral e subsidiariamente pelo Secretário de Administração ou pelo Prefeito Municipal quando as solicitações forem de servidores lotados na Procuradoria Geral do Município;
- IV. Liberação autorizada pelo Controlador Interno e subsidiariamente pelo Secretário de Administração ou pelo Prefeito Municipal quando as solicitações forem de servidores lotados na Controladoria Interna do Município, e;
- V. Liberação autorizada pelo Assessor de Comunicação e subsidiariamente pelo Secretário de Governo ou pelo Prefeito Municipal quando as solicitações forem de servidores lotados na Assessoria de Comunicação.

**Art. 16.** Em todos os casos de deslocamento que ensejarem adiantamento de despesas, descrito no inciso II do art. 1º será obrigatória a apresentação de prestação de contas no prazo estipulado no §4º do art. 10, contados da data de retorno à sede.

**§1º** A prestação de contas referida no *caput* deste artigo será processada pelo Departamento de Contabilidade constando obrigatoriamente de:

- a. Bilhete ou recibo de passagens aéreas ou terrestres e/ou recibo de taxi ou similar;
- b. Documento fiscal de todas as despesas com hospedagem e alimentação;
- c. Na hipótese de deslocamento para realização de cursos, simpósios, palestras e congêneres deverá conter, também cópia de certificado e relatório sintético do evento de capacitação;
- d. Cópia da solicitação de adiantamento de numerário, diária de viagem e auxílio deslocamento devidamente preenchida, e;
- e. Justificativa que motivou a adiantamento de despesas.

**§2º** O beneficiário que não apresentar a prestação de contas na forma e no prazo estabelecidos no *caput* ficará impedido de receber novas diárias, adiantamento de despesas de viagem, auxílio deslocamento enquanto perdurar a irregularidade.







**§3º** Cabe à Contabilidade fiscalizar a observância do disposto no §2º deste artigo, podendo solicitar auxílio ao Órgão de Controle Interno quando necessário.

**Art. 17.** Não haverá direito ao numerário descrito nos incisos I a III do art. 1º quando:

- I. O deslocamento se der dentro do território do Município de Brumadinho/MG;
- II. O afastamento for inferior à 06h (seis horas);
- III. Dispuser de alimentação, transporte oficial e hospedagem incluída em evento para o qual esteja inscrito;
- IV. O deslocamento for de exclusivo interesse do servidor ou do agente político, nos termos do §2º do art. 13, e;
- V. Pendente de prestação de conta de numerário anteriormente concedidos.

**Art. 18.** Preferencialmente não serão concedidos numerários descritos nos incisos I a III do art. 1º aos sábados, domingos e feriados, salvo justo motivo.

**Art. 19.** Constitui infração disciplinar e penal, punível na forma da Lei, conceder, solicitar e receber numerários descrito nos incisos I a III do art. 1º indevidamente.

**Art. 20.** Casos omissos e situações excepcionais serão deliberados pela Secretaria de Administração com auxílio da Procuradoria-Geral e o Órgão de Controle Interno.

**Art. 21.** Os valores dos numerários descritos no inciso I a III do art. 1º constam da TABELA I anexa a este decreto.

**§1º** O total das diárias concedidas no mesmo mês não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do vencimento base do servidor ou do subsídio do agente político, salvo autorização especial concedida diretamente pelo Prefeito ou por pessoa por ele delegado.





**Art. 22.** Caso o valor das despesas efetuadas pelo servidor público ou agente político exceda o valor da diária a diferença correrá às suas expensas, não havendo possibilidade de reembolso, salvo nos casos do §4º do art. 10.

**Art. 23.** Será admitido aos Agentes Políticos, ao Chefe de Gabinete ao Procurador-Geral, ao Controlador Interno e ao Assessor de Comunicação à título de verba de representação, adiantamento ou reembolso do valor equivalente até 1% (um por cento) do valor previsto na alínea a do inciso II do art. 23 da Lei Federal nº. 8.666/93 para despesas com:

- I. Viagens oficiais;
- II. Alimentação, e;
- III. Recepção de terceiros.

**Parágrafo único.** para o processamento do adiantamento e/ou restituição dos valores descritos no *caput* deste artigo será ser precedida de justificativa, comprovantes das despesas, aplicando, subsidiariamente, as normas de prestação de conta previstas neste decreto.

**Art. 24.** Ao servido que por convocação expressa afastar-se do município acompanhado do agente requisitante, fará jus ao recebimento do numerário descrito nos incisos I a III do art. 1º equivalente ao do agente político ou do servidor que estiver enquadrado na faixa superior.

**Art. 25.** Em caso de deslocamento para fora do país, as diárias de viagem serão acrescidas de 100% (cem por cento).

**Parágrafo único.** Para atender aos deslocamentos para as capitais dos Estados Membros e para a Capital Federal as diárias serão acrescidas de 25% (vinte e cinco por cento).

**Art. 26.** Os valores descritos na TABELA I anexa a este decreto serão atualizadas anualmente com base no INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.





**Art. 27** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 28** Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 195, de 05 de outubro de 2017.

Brumadinho, 17 de junho de 2019.

Iracema Aparecida da Silva  
**Secretária Municipal de Administração**

Ricardo do Prado Parreiras  
**Secretário Municipal de Governo**

Avimar de Melo Barcelos  
**Prefeito Municipal**





## DECRETO Nº 97, DE 17 DE JUNHO DE 2019

### ANEXO I

TIPO	DESCRIÇÃO	FAIXA I	FAIXA II	FAIXA III
Diária Completa para cada período de 24h.	Custeia gastos com deslocamento urbano, hospedagem e alimentação	R\$760,00	R\$633,00	R\$506,00
Diária sem hospedagem Para cada período de 24h	Custeia gastos com deslocamento urbano e alimentação	R\$253,00	R\$203,00	R\$152,00
Diária simples Acima de 8h	Custeia gastos com deslocamento urbano, hospedagem e alimentação	R\$143,00	R\$103,00	R\$67,00
Auxílio Deslocamento acima de 6h	Custar gastos com alimentação	R\$127,00	R\$88,00	R\$35,00

**FAIXA I** – Prefeito e Vice-Prefeito

**FAIXA II** – Secretário Municipal, Procurador-Geral, Controlador Interno e Assessor de Comunicação

**FAIXA III** – Demais servidores





## DECRETO Nº 97, DE 17 DE JUNHO DE 2019

### ANEXO II

#### MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO E DE DIÁRIA DE VIAGEM.

SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO			
Órgão:			
Solicitante:	CI	CPF:	
Cargo:	FAIXA		
Banco:	Agência:	Conta:	
Destino da Viagem:		Meio de Transporte:	
Saída Prevista:		Retorno Previsto:	
Data: __/__/__	Hora:	Data: __/__/__	Hora:
Objetivo da Viagem:			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>		<b>VALOR SOLICITADO</b>	
Diárias de Viagens			
Combustível e lubrificantes			
Passagens			
Reparo de Veículos			
Total:		R\$	
Declaro que não resido na localidade de destino.  Em __/__/__  _____ Assinatura do Servidor/Declarante		Em __/__/__  _____ Assinatura do Ordenador (Prefeito e/ou Secretário)	





## DECRETO Nº 97, DE 17 DE JUNHO DE 2019

### ANEXO III

#### RELATÓRIO DE VIAGEM

RELATÓRIO DE VIAGEM					
Órgão:					
Solicitante:			CI	CPF:	
Cargo:			FAIXA		
Banco:	Agência:		Conta:		
Relatório de Viagem Realizada					
Saída Prevista:			Retorno Previsto:		
Data:	Procedência	Destino	Hora Saída	Hora Chegada	Transporte Utilizado
Relatório das Atividades Desenvolvidas:					
(*) Justificativa – Quando da necessidade de solicitar restituição					
DISCRIMINAÇÃO			VALOR SOLICITADO		
Diárias de Viagens					
Combustível e lubrificantes					
Passagens					
Reparo de Veículos					
Total:			R\$		
Declaro que não resido na localidade de destino. Em ____/____/____			Em ____/____/____		
Assinatura do Servidor/Declarante			Assinatura do Ordenador (Prefeito e/ou Secretário)		

